

A RESISTÊNCIA DOS BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP¹

Paulo César de Souza²
Antonio Nivaldo Hespanhol³

RESUMO: A decadência das lavouras e a expansão sistemática das pastagens em toda a Região de Presidente Prudente a partir do final da década de 1950 e início dos anos 60, levaram à intensificação do êxodo rural. A substituição das lavouras pela pecuária extensiva provocou intensas mudanças no quadro social, econômico e espacial da região, com impactos diretos sobre os bairros rurais. No caso de Martinópolis o esvaziamento populacional dos bairros rurais foi bastante intenso, reduzindo a importância dessas comunidades no contexto do município. As mudanças no padrão de exploração da agricultura e a crescente inserção dos produtores rurais ao mercado concorreram para a descaracterização das relações até então estabelecidas nos bairros rurais.

Palavras-chave: Agricultura, bairros rurais, resistência, população, relação cidade-campo.

THE RESISTANCE IN RURAL DISTRICTS IN THE MARTINÓPOLIS - SP

Abstract: The decadence of farmings and the systematic expansion of pastures in the whole Region of Presidente Prudente starting at the end of the 1950 decade and beginning of the sixties lead to the intensification of rural exodus. The substitution of farmings for the extensive cattle raising provoked intense changes in the social, economical and spatial pictures in the area, with direct impacts on the rural districts. In the case of Martinópolis the population emptying of the rural districts was quite intense, reducing the importance of those communities in the context of the city. The changes in the pattern of agriculture exploration and growing insertion of the rural producers to the market competed for the de-

¹ Texto elaborado com base na monografia de bacharelado intitulada "A estruturação agropecuária do Município de Martinópolis/SP: os casos dos distritos de Guachos e de Teçaindã" desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação do co-autor e apresentada ao Curso de Graduação no ano de 2001.

² Aluno do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNEP/Presidente Prudente. Rua Vicente Pelegri, 137, Martinópolis (SP). Tel: (0xx18) 252-3461 - E-mail: paulinho@wsim.com.br

³ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Rua Roberto Simonsen, 305, Caixa Postal 467 CEP 19060-900, Presidente Prudente (SP). Tel (0xx18) 229-5375. Fax (0xx18) 221-8212. E-mail: nivaldo@prudente.unesp.br

characterization of the relationships already established in the rural districts.

Keywords: Agriculture, rural districts, resistance, population, city-rural relationship.

1. Introdução

No município de Martinópolis, um dos mais extensos da região de Presidente Prudente, há vários bairros rurais, os quais têm se mantido ao longo do tempo, a despeito do esvaziamento populacional e da perda das suas funções originais. As alterações na estrutura produtiva da agropecuária do município decorrentes, em grande parte, da substituição das lavouras pela atividade pecuária e da ampliação dos níveis de concentração fundiária, têm dificultado a reprodução social da população dos bairros rurais, especialmente dos pequenos produtores, conforme se procurará evidenciar ao longo desse texto.

2. Caracterização do Município de Martinópolis e as transformações nas relações cidade-campo

A economia de Martinópolis sempre esteve vinculada à agropecuária. Entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e de amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura. Nas safras de 1948/49, e de 1968/69, o município produziu 33 mil toneladas de algodão e 500 mil sacas de amendoim (LEITE, 1972, p. 87-88), batendo recordes de produção. Nesta época, o papel dos bairros rurais na economia municipal era de tamanha importância e de sobremodo destacado, já que a maior parte da produção era realizada nas áreas dos atuais Distritos de Guachos e Teçaindá, ou seja, no norte do município e em alguns bairros localizados na porção noroeste e oeste.

Localizada no sudoeste do Estado de São Paulo, a região de Presidente Prudente durante as primeiras décadas do século XX foi palco para a implantação de inúmeros bairros rurais. Entretanto, esses bairros passaram por processos de estagnação e decadência. Porém, é observada uma resistência nessas estruturas, tanto sócio-cultural como econômica.

Nas obras de Leite (1972 e 1981), Abreu (1972) e Alegre (1981 e 1983) são realizadas análises aprofundadas sobre a organização do espaço regional. Desde a localização, coordenadas geográficas e limites político/territoriais. Observa-se a caracterização física da região e a sua organização política. Pontos fundamentais no processo histórico são evidenciados nestes estudos, visto que as fases

de colonização e povoamento, seguidos das fases de desenvolvimento formam a espinha dorsal das análises.

Os autores definem com clareza quais foram as fases históricas, evidenciando que o desenvolvimento econômico sempre esteve baseado no setor agropecuário. A história regional e municipal desenvolve-se com base na agropecuária, apresentando sucessivos ciclos econômicos.

Esses ciclos econômicos, conforme destaca Leite (1972), têm início com a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, e, mais adiante, o autor define estes como fases no processo econômico: café, algodão, amendoim e a pecuária de corte.

O processo de ocupação da região se deu a partir do início do século XX, com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (MONBEIG, 1984), a qual viabilizou a expansão da cafeicultura, intensificando a ação dos especuladores através da constituição de empresas de colonização, as quais efetuaram a venda de lotes urbanos e rurais dando início ao povoamento.

No início da ocupação, destacou-se a atividade extrativa com a retirada de madeiras. Em seguida ganharam destaque as atividades agrícolas, especialmente o cultivo de café, algodão e amendoim, as quais proporcionaram grande dinamismo ao município entre as décadas de 1940 e 1960.

A Região de Presidente Prudente é constituída por 30 municípios, entre os quais se destaca o de Martinópolis por ocupar uma extensa área (1.253 Km², o que representa 7% da superfície total da região). O município encontra-se subdividido administrativamente em três: o Distrito sede e os Distritos de Guachos e Teçaindá.

No Distrito de Teçaindá situam-se vários bairros rurais, os quais foram constituídos a partir de processos de ocupação bastante semelhantes. São os casos da "Vila Santa Luzia" (Km 25); "Vila dos Bandeirantes" (Km 30); "Bairro do Cristal" e a "Vila Martins" (Km 10). A noroeste do município encontram-se os bairros do "Matão", do "Jacarezinho" e do "Capão Bonito". Nesses bairros predominam as pequenas propriedades rurais.

A evasão populacional do campo e as reformulações nas relações de produção fizeram com que os bairros rurais de Martinópolis, que outrora representavam um conjunto social com peculiaridades próprias, se adaptassem a um novo padrão.

No entanto, alguns bairros rurais de Martinópolis não sucumbiram à capitalização do campo e os traços de resistência se manifestam na população residente. Foram constatadas, contudo, formas de organização e de adaptação às novas condições impostas pela modernidade, as quais têm implicado no abandono das formas tradicionais de vida, na crescente monetarização das relações e na inserção ao mercado.

As comunidades rurais foram intensamente atingidas por mudanças de ordem econômica, social e política, derivadas das

transformações no padrão de exploração das terras, especialmente da substituição das lavouras pelas pastagens. Embora os bairros rurais de Martinópolis tenham perdido importância relativa, eles persistiram e os seus moradores fazem questão de serem identificados como integrantes de tais comunidades.

No passado não muito distante as relações comerciais estabelecidas entre a cidade e o campo eram realizadas de maneira simples, por meio da venda do excedente da produção agrícola e da compra de uma quantidade reduzida de bens na cidade. O campo exercia importante papel no abastecimento das cidades. Na medida em que ocorreu a modernização da agricultura e a expansão da pecuária, houve a ampliação do grau de monetarização e de inserção dos produtores rurais ao mercado, intensificando-se os processos de concentração fundiária e o êxodo rural.

Assim, pode-se afirmar que a substituição das lavouras pelas pastagens, as trocas desiguais entre a agricultura e os demais setores (industrial, comercial e financeiro), a atração exercida pelos grandes centros urbanos, são os fatores responsáveis pelo esvaziamento do campo no Município de Martinópolis, atingindo profundamente os seus bairros rurais. Mais recentemente tem havido a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no norte do município, o que tem levado à intensificação das relações de produção eminentemente capitalista, convertendo muitos antigos pequenos proprietários de terras, arrendatários e parceiros em bóias-frias e implicado em grandes transformações nas relações econômicas e sociais das comunidades rurais.

O esvaziamento do campo resulta num novo padrão espacial na região. D'Incao (1975) evidencia que na medida em que essas transformações se processam, intensifica-se a mobilidade populacional e estabelecem-se novas relações de produção. A autora enfoca duas características preponderantes do quadro regional que se configuraram a partir do final dos anos 1960, quais sejam:

a economia rural da Alta Sorocabana se caracteriza pela predominância progressiva da pecuária extensiva sobre a agricultura, fato que sugeria a existência de um acentuado êxodo rural, responsável pelo engrossamento das populações urbanas; 2. a industrialização da região é incipiente, fato que permitia prever uma precária absorção, pela economia urbana, das populações que migravam para as cidades (D'INCAO, 1975, p. 17).

A substituição das lavouras por pastagens provocou grandes alterações nas relações de trabalho e na estrutura sócio-econômica da região. As cidades da Região de Presidente Prudente não tiveram condições de absorver o excedente populacional proveniente do campo, em razão da inexpressiva base industrial e do baixo dinamismo

econômico. Em consequência disso assistiram à progressiva expansão da pobreza urbana e ao esvaziamento das suas antigas funções.

Os agentes sociais que compunham a massa trabalhadora do campo, composta pelos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros foram as principais vítimas da desestruturação produtiva. Parte significativa dos trabalhadores rurais, muitos dos quais antigos proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros, deixaram de ser agentes diretos da produção, para se converterem apenas em mão-de-obra barata.

Muitos antigos pequenos proprietários que dispunham de capital, resultante da venda das suas terras, passaram a se dedicar a outras atividades na área urbana dos distritos, na sede do município de Martinópolis e em outras cidades (da região e fora dela).

Os trabalhadores rurais mais pobres que se dirigiram para as cidades da região se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos. O deslocamento para a cidade provocou profundas mudanças na forma de viver dessa população. Assim, parte dos antigos trabalhadores rurais autônomos, converteu-se em trabalhadores volantes, com baixo padrão de vida e enfrentando muitas dificuldades para se reproduzirem socialmente.

3. Dinâmica da população e do uso da terra no Município de Martinópolis

O município de Martinópolis, no ano 2000, possuía uma população de 22.346 habitantes, sendo 17.975 residente na área urbana e 4.371 residente na área rural de acordo com a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do IBGE.

Ao longo da segunda metade do século XX, o município sofreu um esvaziamento populacional devido, em grande parte, a substituição das lavouras pelas pastagens.

No final da década de 1960 a estrutura produtiva já encontrava-se bastante alterada, já que as lavouras temporárias começaram a entrar em decadência desde o final dos anos 1950.

A expulsão do homem do campo é notada com intensidade em toda região. Martinópolis sofre um esvaziamento do campo, bem como de sua população total. Não somente do campo para a cidade, nota-se também um esvaziamento populacional da região, cuja população se desloca em direção aos maiores centros urbanos do Estado de São Paulo (ALEGRE, 1981/83). O êxodo rural é característica local e regional, entretanto, a cidade de Martinópolis não apresentou dinamismo suficiente para gerar empregos aos trabalhadores expulsos do campo.

A análise da dinâmica demográfica do Município de Martinópolis no período de 1940 a 2000, contribui para o entendimento

do processo de evolução da população urbana e de involução da população rural.

Verifica-se na Tabela 1 que houve uma significativa redução da população rural entre 1940 e 1996. Embora entre 1940 e 1950 tenha ocorrido significativa expansão da população rural em decorrência da expansão da fronteira agrícola e, entre 1996 e 2000 em virtude da implantação de dois assentamentos rurais no município.

TABELA 1 – POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - 1940-2000.

Ano	Total	Rural	Urbana	Rural/ Total - %	Urbana/ Total - %
1940	23.180	20.938	2.242	90,3	9,7
1950	37.032	31.741	5.291	86,5	13,5
1960	25.996	19.037	6.959	75,3	24,7
1970	23.316	13.588	9.728	58,3	41,7
1980	19.660	7032	12.628	35,7	64,2
1991	19.673	4.487	15.186	22,8	77,2
1996	21.361	4.006	17.336	18,8	81,1
2000	22.346	4.371	17.975	19,6	80,4

Fonte: F.I.B.G.E. Censos Demográficos dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 1996.

A população total de Martinópolis no ano de 1940, era de 23.180 habitantes, dos quais 90,3% residiam na área rural. Em 1950, a população rural decresceu para 86,5% do total, decaindo em 1970 para 58,3%, em 1980 para 35,7% e em 1991, para 22,8%. Em 1996, apenas 18,8% da população total residia na zona rural. Em termos absolutos, houve redução de 79,1% da população rural do município entre 1940 e 2000

A população urbana inversamente apresenta um vertiginoso crescimento no período de 1940 e 1970, chegando a atingir 41,7% da população total do município. No ano de 1980 a população urbana perfazia 64,2% do total, em 1991, 77,2%, em 1996, 88,1% e no ano 2000, 80,4%.

Embora tenha havido grande redução da população rural e significativa ampliação da população urbana, a população total do município não apresentou grandes variações ao longo de todo o período 1940 a 2000. A população total do município no ano 2000 era menor do que nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, o que denota o baixo dinamismo do município, o qual não reteve, sequer, o próprio crescimento vegetativo.

A redução da população rural do município deveu-se ao êxodo rural após os anos 1950 e a forte emigração dos jovens para as cidades maiores da região e do Estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esta redução está associada à queda na produção agrícola, principalmente dos pequenos produtores.

Até o ano de 1970 a população rural de Martinópolis era superior à urbana, vindo a ser ultrapassada pela urbana a partir de 1980, com o encerramento dos ciclos agrícolas.

Portanto, observa-se uma inversão populacional na relação rural/urbano a partir da década de 1970 com a substituição das lavouras pelas pastagens e o êxodo rural. Comparando-se a população de 1960, entre rural e urbano verifica-se que 75,3% residiam na zona rural, enquanto que 24,7% residiam na zona urbana no ano em apreço (1960).

A partir desse momento o declínio da população rural é notado num ritmo bastante acelerado. Nos censo de 1970, 1980 e 1991, a população rural decaiu de 75,3% do total em 1960 para 19,6% do total em 2000, enquanto que a população urbana que era 24,7% da população geral do município em 1960, passa para 80,4% em 2000.

O município apresentou um esvaziamento populacional durante as cinco últimas décadas, intensificando-se, principalmente, no período do final dos anos 1970 até a década de 1990. Esse esvaziamento populacional é uma característica que se nota em toda a região (ALEGRE, 1981/83), pois, a substituição das culturas, a alteração nas formas de produzir e o baixo índice de atratividade oferecido pelas pequenas cidades favoreceram o êxodo da população regional, fazendo-se com que parte da população se deslocasse para centros maiores.

A ampliação de 13,6% no efetivo populacional de Martinópolis entre os anos de 1991 e 2000 deveu-se, em parte, a implantação de assentamentos rurais e de uma penitenciária no município⁴.

Verifica-se na Tabela 02 a utilização das terras nos estabelecimentos rurais do município de Martinópolis, entre 1960 e 1996.

Houve uma queda significativa da área ocupada pelas lavouras e um expressivo aumento na área ocupada pelas pastagens ao longo de todo o período, ou seja, houve a substituição sistemática de lavouras por pastagens, e, em consequência, do homem pelo boi.

No ano de 1960 as lavouras ocupavam 32,5% da área total dos estabelecimentos rurais do município de Martinópolis, enquanto que as pastagens ocupavam 51,4%.

Comparando-se os dados dos Censos de 1960 e 1970, detecta-se a maior queda na área ocupada com lavouras e a maior expansão da área ocupada com pastagens. Portanto, a substituição da base econômica agrícola pela pecuária se acelera durante esses anos, consolidando-se posteriormente.

⁴ De acordo com os dados obtidos no Escritório do INCRA de Martinópolis, no ano 2000 o Município possuía 151 famílias assentadas. A população carcerária de Martinópolis no mesmo ano (2000) era de 792 presos de acordo com os dados fornecidos pelos dirigentes da Penitenciária instalada no município na segunda metade dos anos 1990. De acordo com os técnicos da Agência do IBGE de Presidente Prudente, a população carcerária que cumpre pena é contabilizada como pertencente ao município em que se localiza o presídio.

TABELA 2 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS EM HA (1960-1996)

ANOS	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Área Total	83.643	125.450	109.624	125.824	126.699	113.170
Lavouras Permanentes	1.587	588	690	1.686	973	1.223
Lavouras Temporárias	25.630	16.408	10.702	15.674	17.355	12.048
LAVOURAS – TOTAL	27.217	16.996	11.392	17.360	18.328	13.271
Lavouras Temporárias em Descanso	-	-	147	117	256	673
Pastagens Naturais	13.951	27.838	18.186	6.473	3.213	6.245
Pastagens Plantadas	29.020	69.720	70.881	89.482	94.078	82.545
Matas e Florestas Naturais	8.964	4.868	5.829	8.052	7.039	7.372
PASTAGENS – TOTAL	42.971	97.558	89.067	95.955	97.291	88.790
Matas e Florestas Plantadas	434	642	413	698	502	532
Produtivas não Utilizadas	863	4.668	651	294	216	82

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996

Em 1996 a área ocupada por pastagens plantadas representava 72,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Entretanto, somando-se pastagens plantadas e pastagens naturais a área ocupada era de 78,5% do total, ou seja, 88.790 hectares de um total de 113.170 hectares eram ocupados por pastagens. Inverso a isso, as lavouras permanentes, temporárias e as temporárias em descanso ocupavam apenas 12,3 % da área total do município no ano de 1996, somando 13.944 hectares.

4. Os bairros rurais de Martinópolis

Os bairros rurais de Martinópolis se constituem na referência espacial desse texto. Esses bairros mesmo inseridos num novo modelo hierárquico dependente das relações que se dão em outras escalas, tanto próximas como distantes, fazem parte de um conjunto que obedece às regras do capital, as normas de inserção ou não ao mercado.

Assim, para que se conheça a formação, a configuração e as estruturas dos espaços locais na atualidade, é necessário se considerar a sua história. É nessa trajetória que se dá a afirmação da identidade, o reconhecimento do grupo, a junção cotidiana de um conjunto de elementos que se forma nas relações locais, no cotidiano, a fim de manterem seus laços de sobrevivência e permanência.

Santos (1996) ressalta que

é assim que nos é dado, a um só tempo, refazer a história, à medida que somos levados a olhar para o passado, segundo um critério coerente, mas sobretudo também nos permite descobrir a

tendência, isto é, volver-nos para o futuro e tentarmos imaginar o que se vai passar (SANTOS, 1996, p. 84).

Com a internacionalização do capital e a globalização, os lugares passaram a apresentar novas características, sendo necessário o entendimento do que é a vida nas diversas regiões e nos diversos lugares. Esse entendimento para Santos (1996) apresenta um enfoque mais complexo do que a empiricidade dos lugares, mas uma visão das relações que surgem ou que podem ser propostas no âmbito local entre o que era estabelecido e o que se estabelece como no jogo das relações, um conjunto que engloba diversas escalas, quer sejam elas na esfera político-administrativa econômica, social e cultural - de produção, administração, valores, inserção, sobrevivência, afirmação e identidade:

para isso concorrerão à história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares. Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, (...) levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno (SANTOS, 1996, p. 47-48).

A análise da ordenação político-administrativa do Município de Martinópolis permitiu que fossem contextualizados os bairros rurais. Apesar do estrangulamento de todo o seu arcabouço de vida, esses têm, a duras penas, resistido às mudanças sociais, econômicas, políticas, espaciais e culturais durante as quatro últimas décadas do século XX e início do XXI. Para Coelho (1999), a forma com que o capital mina os meios de produção, transformando-os segundo as suas necessidades, influi diretamente nos grupos sociais, alterando por completo suas formas de se articularem como sociedade, desarticulando tanto seu modo de produzir como seu modo de viver.

(...) o propósito de explorar e apreender as potencialidades de grupos rurais nas suas várias formas de resistência encontra neste universo dois campos concretos de orientação: o primeiro diz respeito à ameaça de despojamento das formas tradicionais de sua existência. O outro, às alternativas de sobrevivência e permanência na terra. Produtos de avanço do capitalismo no campo,

ambos refletem dois processos simultâneos, ou seja, o de desarticulação cultural e expropriação. (COELHO, 1999, p. 7).

Queiroz (1973 e 1975) e Cândido (2000) consideram os bairros rurais como unidades fundamentais para as caracterizações sociais e produtivas. Principalmente em regiões do Estado de São Paulo, essa categoria, ao longo do século passado, promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho, como do processo de acumulação e reprodução do capital que propiciou o quadro atual de industrialização e urbanização. Segundo Cândido (2000) o modo de vida rural é o que deu origem aos modos de vida urbanos atuais, principalmente na maioria das cidades do Estado. A alimentação, a linguagem, os costumes e seus modos de organização e produção forneceram componentes básicos para a formação da economia paulista e seu desenvolvimento.

Diante disso, Lefebvre (1986) afirma que em muitos lugares os bairros rurais desenvolveram-se, firmaram-se e se dissolveram, enquanto que em outros, eles se constituíram em representações de grande força para o desenvolvimento local.

Os bairros rurais são lugares caracterizados essencialmente pelo modo de vida rural (CÂNDIDO, 1964 e LEFEBVRE, 1986), no que se refere às tradições, valores, relações de vizinhança e solidariedade, ou seja, são marcados pela forma específica de sociabilidade. Existe uma cultura particular, própria. Portanto, os lugares se especificam, alterando suas estruturas e funcionalidades (SANTOS, 1997). Nesse sentido pode-se caracterizar os distritos rurais de Martinópolis e o seu entorno como componentes fundamentais para a estruturação produtiva do município, assim como a representação de força econômica-política e social para a configuração e organização atual.

Guachos e Teçaindá, - caracterizados como vilas pelo IBGE, (1996), e Vila Martins, Vila Santa Luzia, Vila dos Bandeirantes e outros bairros do município - que neste enfoque são caracterizados "como bairros de modo de vida rural" (SOUZA, 2000), são objetos de estudo importantes e que permitem a análise da nova configuração das estruturas dos bairros rurais atuais e o que representam como forças produtivas para regiões estagnadas pela dificuldade de se inserirem nos contextos produtivo e de mercado.

Ao pretender-se a caracterização dos bairros rurais do Município de Martinópolis, deu-se maior enfoque a Guachos e Teçaindá, por estes constituírem-se politicamente como distritos, ou seja, instância de poder político, administrativo e social. São nessas áreas que se dão no âmbito municipal, o foco de interesses rurais, onde se centralizam as comunidades, as relações das vilas com a cidade, as comemorações, as esferas públicas de serviço e poder, assim como o local de encontro da população.

No Distrito de Teçaindá predominam os pequenos proprietários rurais - oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro - descendentes de europeus, principalmente italianos, espanhóis, alemães e portugueses, enquanto que em Guachos, predominam os trabalhadores oriundos de correntes migratórias nordestinas, mais empobrecidos e convertidos recentemente em bóias-frias, cortadores de cana-de-açúcar.

Com a diminuição da área cultivada com lavouras, os dois distritos perderam muitos habitantes ao longo das quatro últimas décadas. Entretanto, em Teçaindá a evasão foi ainda maior. No Censo de 1960, o distrito possuía 8.201 habitantes, reduzindo-se para 1.609 no Censo Demográfico de 2000.

Analisando a tabela 3, verifica-se a evasão populacional dos distritos de Guachos e de Teçaindá, assim como o aumento da população residente no núcleo urbano em detrimento dos residentes no campo. Esse processo tem acompanhado a estagnação do modelo agrícola que outrora fizera desses bairros locais de destaque no cenário agrícola municipal. As bases econômicas estruturadas na agropecuária, principalmente na produção agrícola, foram sendo enfraquecidas pelo modelo estabelecido pelo Estado e dinamizado pelo capital industrial e financeiro. Nota-se que na medida em que decaem os índices populacionais e se percebe um direcionamento da população rumo a cidade, verifica-se também uma profunda mudança nas relações produtivas e o abandono das formas tradicionais de vida em busca de outras alternativas de sobrevivência no espaço urbano.

TABELA 3 - POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DOS DISTRITOS DE GUACHOS E TEÇAINDÁ - MARTINÓPOLIS - 1960-2000

População residente (Hab.)		1960	1970	1980	1991	1996	2000
Guachos	Rural	-	1.659	417	270	235	233
	Urbano	-	350	739	881	885	971
	Total	1.913	1.909	1.156	1.151	1.120	1.184
Teçaindá	Rural	-	5.614	2.912	1.534	856	1.054
	Urbano	-	355	350	491	753	689
	Total	8.201	5.669	3.262	2.025	1.609	1.743

Fonte: F.I.B.G.E. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000; Contagem Populacional de 1996

A redução da população não reflete apenas o esvaziamento do local, mas contribui para intensificar as mudanças na organização da produção no bairro rural. A perda da importância das lavouras e a não constituição de outros segmentos produtivos que pudessem dinamizar a economia local forçaram a população a deixar o campo, a abandonar suas atividades e partir para outras áreas para se reproduzirem socialmente. A migração para outras regiões do Estado de São Paulo e/ou para a cidade de Martinópolis se deu em virtude da queda da demanda de mão-de-obra no campo e da falta de perspectivas e de

condições dos pequenos proprietários e arrendatários para se capitalizarem e se inserirem no mercado.

O processo de esvaziamento foi contínuo, embora em menor proporção na atualidade do que no passado. Grande parte da população que deixou os distritos não se deslocou para a cidade de Martinópolis. Somente aqueles que dispunham de melhores condições financeiras procuraram se estabelecer na cidade.

No decorrer desse processo, os que não dispunham de condições financeiras procuraram regiões mais dinâmicas do Estado de São Paulo, sendo que desta forma confirma-se a constatação de Santos (1997) de que as pessoas com melhores condições econômicas podem permanecer nas pequenas cidades e comunidades e se deslocarem até as cidades maiores para realizarem compras e terem acesso a certos serviços. Os mais pobres, por sua vez, deslocam-se de maneira permanente para as cidades maiores em busca de melhores condições de vida.

Mesmo tendo sofrido um grande esvaziamento populacional, algumas comunidades do distrito de Teçaindã apresentam fortes resistências, conservando boa parte das relações típicas dos bairros rurais. Quanto a Guachos, onde o esvaziamento foi menor - de 1913 habitantes em 1960, para 1184 em 1996 e 1120 em 2000 (IBGE) -, as características de resistência também são percebidas, mas com menos intensidade.

Em Teçaindã, embora a população tenha decaído de 8201 habitantes em 1960 para 1609 habitantes em 2000 (FIBGE), as relações de resistência quanto a propriedade da terra e as tradições culturais como festas, quermesses, missas, feriados religiosos estão presentes. Cabe destacar que mesmo com o grande esvaziamento populacional no distrito, esse mantém, há décadas, uma articulação política importante no município, visto que a cada pleito eleitoral três ou quatro candidatos do distrito são eleitos para a câmara de vereadores.

No enfoque dado a este trabalho, as condições gerais de funcionamento das relações cidade-campo, hoje intensamente modificadas, ligam estas comunidades a um espaço global (SANTOS, 1994). Para Santos (1994), o próprio espaço configura-se no conjunto das dinâmicas que o produz e reproduz intensamente, e geograficamente este aparece como objeto básico de estudo, no qual a sociedade é o fator determinante para suas alterações. A importância do lugar como fonte de vida da sociedade local é enfatizada preservando-se, portanto, as suas raízes.

Os limites territoriais podem até apresentar pouca transformação, mas a própria formação espacial, suas relações de produção, estratos sociais e as intermediações ente si são outras.

Para Santos (1997), as relações que se dão no espaço geográfico estão relacionadas com o desenvolvimento das técnicas de produção, das necessidades de adaptabilidade das sociedades em seus territórios, e isso, conseqüentemente, advém de um processo histórico

das relações sociais. Essas relações que se manifestam no âmbito social dão a formação do espaço contraditório, ao mesmo tempo em que se contrapõem, se intensificam os laços de dependência tornando-os mais fortes.

5. Considerações Finais

As dificuldades enfrentadas pelos bairros rurais derivam da desestruturação e da baixa renda gerada pelas atividades agrícolas. Assim, uma parcela da população dos bairros rurais que ainda detém a propriedade ou o acesso a terra por meio do arrendamento, não tem conseguido obter rentabilidade que proporcione o progresso econômico e social e a outra parcela que possui como única alternativa de sobrevivência a venda da própria força de trabalho, não tem conseguido se inserir no mercado de trabalho, tanto urbano quanto rural, sendo obrigada a se deslocar para outras áreas.

Os bairros rurais de Martinópolis, formados a partir das correntes migratórias e, posteriormente, dinamizados pelos ciclos de produção agrícola, hoje passam pela territorialização dos latifúndios, das pastagens e assistem a expansão da cana-de-açúcar.

As mudanças nas formas de uso do espaço rural têm provocado intensas alterações nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas nos bairros rurais. Assim, torna-se relevante estudar a dinâmica da produção do espaço no intuito de propor estratégias que propiciem a sustentação e a manutenção dos bairros rurais, no intuito de que a população residente nesses bairros consiga viver com mais dignidade nas suas próprias comunidades, sem necessitar migrar para outros locais em busca de alternativas de sobrevivência.

Os bairros rurais de Martinópolis foram apresentados nesse texto, como grupos de pessoas com sociabilidade e características que lhes são próprias. Embora tais comunidades sejam expropriadas pelo capital, elas passam a se articular e a encontrar estratégias que garantam a sua existência.

Os processos de adaptação e de resistência dessas comunidades ou bairros rurais, podem e devem ser compreendidos por meio da análise das relações sociais, políticas, econômicas e culturais estabelecidas no âmbito das comunidades e de cada uma delas com o seu entorno e com áreas mais longínquas.

6. Bibliografia

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972.

- ALEGRE, Marcos. Alta Sorocabana: população. **Caderno Prudentino de Geografia**. Pres. Prudente, AGB, n.01-05, 1981/83. p.136-144.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL - FIBGE. **Censos Agropecuários**. São Paulo: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.
- BRASIL - FIBGE. **Censos Demográficos**. São Paulo: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.
- BRASIL - FIBGE. **Contagem da população**. São Paulo: IBGE, 1996.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9.ed. São Paulo: Editora 34, Livraria Duas Cidades, 2001.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-Fria na Alta Sorocabana**. São Paulo: Vozes, 1975.
- DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- COELHO, Marília. **Memória, Identidade e Resistência Cultural**. Tese de Doutorado, Unesp, Araraquara, 1999.
- GONÇALVES, José S. & GONÇALVES, Carlos D. Da aldeia rural à aldeia global: uma reflexão sobre a relação entre avanço da comunicação e o desenvolvimento capitalista. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, 42(2), 1995. p.17-25.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. rev. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- HESPANHOL, A. Nivaldo. A Atuação do Estado no Processo de Desenvolvimento Brasileiro. In: MENEGUETE JUNIOR, Messias; ALVES, Neri (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p.21-41.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. **Produção familiar: Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. Rio Claro, 2000. 354 p. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Geociências Exatas/UNESP, Rio Claro, 2000.
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1960
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

- LEFEBVRE, Henri. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.144-162.
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.163-178
- LEITE, José Ferrari. **A alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, F.C. Teixeira. O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In: **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.37-72.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações Bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Cultura, sociedade rural e urbana no Brasil. In: QUEDA, Oriovaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: CEN, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. De. Dialética do Urbano e do rural no Brasil. In: **Cultura, Sociologia Rural, Sociologia Urbana no Brasil**. São Paulo: CEN, 1975. p.263-311.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e espaço, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- SOUZA, Paulo César. **A estruturação agropecuária do Município de Martinópolis/SP: os casos dos distritos de Guachos e de Teçaindá**. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2000. (Monografia de Bacharelado)